



FINANÇAS PARA TODOS

PARTICULARES



FIDELIDADE

Regulamento do Programa 2025-2026

Janeiro de 2026

Enquadramento

O **Finanças para Todos Particulares** é um programa de literacia financeira desenvolvido pela Nova School of Business and Economics (Nova SBE) com o apoio da Fidelidade, que tem como objetivo contribuir para o aumento dos níveis de literacia financeira em Portugal, apoiando as famílias e o desenvolvimento do país.

A criação deste projeto surge igualmente como contributo da Nova SBE para a concretização da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o Objetivo 4 – Educação de Qualidade, o Objetivo 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, e o Objetivo 10 – Reduzir Desigualdades.

Na persecução destes objetivos, o Finanças para Todos oferece sessões de formação gratuitas a adultos.

Como funciona o programa de formação

A formação Finanças para Todos Particulares permite transmitir conhecimentos práticos e aplicados sobre finanças pessoais e boas práticas de gestão orçamental.

A formação consiste em 5 sessões, presenciais no campus de Carcavelos da Nova SBE, no Pólo Zero (Porto), ou em formato online. As sessões de formação são realizadas em horário pós-laboral, com a duração de 1h45 cada, e abrangendo as seguintes temáticas:

- Planeamento Financeiro e Orçamento Familiar;
- Crédito aos Consumidores e à Habitação;
- Investimento e Produtos Financeiros;
- Banca, Seguros e Literacia Financeira Digital;
- Reforma e Sobre-endividamento.

Uma assiduidade mínima de 4 sessões é necessária para receber o certificado de participação na formação.

Inscrição e Participação

A inscrição na formação é voluntária e gratuita e deverá ser realizada através de formulário próprio, na plataforma Qualtrics.

A participação no programa está sujeita a limitações de capacidade, sendo definido um número máximo de participantes. Caso não seja possível assegurar a participação de todos os interessados, devido a elevada procura, a escolha final dos participantes será realizada por sorteio.

Disposições gerais

- a) A participação no programa implica o conhecimento e aceitação, integral e sem reservas, dos termos e condições previstos no presente Regulamento;
- b) Qualquer situação omissa não prevista no presente Regulamento será apreciada e decidida pela Equipa de projeto;
- c) A Equipa de projeto não se responsabiliza por eventuais falhas técnicas ou informáticas que impeçam a validação da participação;
- d) A Equipa de projeto reserva-se o direito de, em qualquer momento, introduzir alterações e aditamentos ao presente Regulamento, não sendo devida qualquer compensação pecuniária ou outra por isso;
- e) A Equipa de projeto reserva-se o direito de, em qualquer momento, modificar, suspender ou cancelar o programa, em caso de situações imprevistas, excecionais ou supervenientes.

Minuta geral para cumprimento do dever de informação

1. Responsável, fundamento e finalidade

Os dados recolhidos são tratados pela Nova School of Business and Economics, pessoa coletiva de direito público com o n.º 501559094, com sede na Rua da Holanda 1, 2775-405 Carcavelos (doravante designada por Nova SBE), no respeito pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), e demais legislação de proteção de dados aplicável.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente à realização de um estudo científico de âmbito nacional sobre o impacto da formação em finanças pessoais nos conhecimentos, comportamentos e atitudes dos indivíduos, no contexto do programa “Finanças para Todos Particulares”.

Os resultados do estudo serão sempre apresentados de forma agregada e anonimizada, não sendo divulgada em nenhuma circunstância a identidade ou qualquer outra informação individual de qualquer participante no programa “Finanças para Todos Particulares”.

Os titulares dos dados têm o direito de retirar o seu consentimento em qualquer altura junto da Nova SBE, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, bem como o direito de solicitar o acesso aos dados que lhes digam respeito, a sua retificação ou o seu apagamento.

Exclusivamente para este estudo, os dados poderão ser integrados com o seu mapa da Central de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal, com a Base de dados de Contas do Banco de Portugal, e com informação constante em bases de dados disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística para fins científicos, nos termos da Lei 22/2008 de 13 de maio - Lei do Sistema Estatístico Nacional.

As organizações Nova SBE, Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística, I.P., bem como quaisquer outras entidades públicas ou privadas que colaborem com a Nova SBE no âmbito deste projeto de investigação, aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança da informação.

2. Dados recolhidos

Para os efeitos referidos no número anterior poderão ser recolhidos e tratados os dados reportados pelos participantes no momento da inscrição e nos inquéritos subsequentes.

3. Não obrigatoriedade

O fornecimento de dados para estas finalidades é facultativo.

4. Conservação

Os dados serão conservados para as finalidades referidas, pelo período máximo de 10 anos após a conclusão do estudo, período findo o qual serão eliminados.

5. Direitos

Nos termos previstos no Regulamento e demais legislação de proteção de dados aplicável, tem direito:

- A solicitar o acesso aos dados que lhe digam respeito, à sua retificação e ao seu apagamento;
- À limitação e oposição ao tratamento;
- À portabilidade dos seus dados;
- À revogação do consentimento, que não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no mesmo até esse momento.

6. Contactos

Caso considerem que os seus direitos não foram devidamente atendidos, ou pretendam reclamar, os titulares dos dados podem dirigir-se ao Encarregado de Proteção de Dados através dos seguintes meios:

- Por e-mail: nova.rgpd@unl.pt
- Via postal: Universidade Nova de Lisboa - Reitoria, Gabinete de Proteção de Dados, Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

7. Reclamação

Tem ainda o direito de apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), enquanto autoridade de controlo.